

ARTIGO

HISTÓRIA E MEMÓRIA: narrativas e representações

Elaine Aparecida BARRETO¹
Matheus Luiz de Souza CÉFALO²
Thaís BATTIBUGLI³

*"History is about what people do within the limits of their landscape, their needs and their past."⁴
(Sasson, 1997, p. 755)*

Resumo

Este artigo aborda a complexa relação entre História e memória, analisando-as como construções sociais e interpretativas, e não como verdades absolutas. Discute-se a natureza da historiografia, questionando a objetividade e a influência do presente na escrita do passado. Enfatiza-se a importância de múltiplas perspectivas e fontes históricas, alertando-nos para a manipulação e a parcialidade inerentes ao processo de construção histórica e, ainda, aborda a memória individual e coletiva, suas interações e seu papel na formação da identidade e no exercício do poder.

Palavras-chave: História; Memória; Representação; Narrativa; Poder.

Abstract

This article addresses the complex relationship between History and memory, analyzing them as social and interpretative constructions and not as absolute truths. The nature of historiography is discussed, questioning the objectivity and influence of the present on the writing of the past. The article emphasizes the importance of multiple perspectives and historical sources, alerting us to the manipulation and partiality inherent in the process of historical construction and also addresses individual and collective memory, their interactions and their role in the formation of identity and the exercise of power.

Keywords: History; Memory; Representation; Narrative; Power.

¹ Coordenadora das licenciaturas do Centro Universitário Padre Anchieta (UniAnchieta). Doutora em Educação pela Faculdade de Educação (UNICAMP). E-mail: elaine.barreto@anchieta.br.

² Docente do curso de Pedagogia do UniAnchieta. Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: matheus.cefalo@anchieta.br.

³ Docente nos cursos de Pedagogia e Direito do UniAnchieta. Doutora em Ciência Política pela FFLCH/USP. E-mail: thais.battibugli@anchieta.br.

⁴ "A história trata do que as pessoas fazem dentro dos limites da sua paisagem, das suas necessidades e do seu passado" (tradução nossa).

Introdução

Este artigo foi escrito a partir da palestra realizada na Semana de Responsabilidade Social do Centro Universitário Padre Anchieta, em setembro de 2024. Nele, refletimos sobre alguns conceitos importantes para quem pesquisa, estuda ou tem interesse na História. O objetivo deste artigo é refletir sobre os conceitos de História e memória, identificando como a análise das fontes históricas pode influenciar as representações da História, a produção e a valorização da memória histórica e sua importância para a sociedade.

Para nos aproximarmos dessas reflexões, o presente artigo foi organizado em quatro seções. A primeira, trata sobre definições da História e da memória, a partir de Le Goff e Marc Bloch, problematizando a relação entre esses termos. A segunda seção versa sobre a importância das fontes históricas para o ofício do historiador. Já a terceira, aborda a relação entre a historiografia e o resgate da memória histórica. Por conseguinte, a quarta seção busca refletir sobre a importância da memória para a vida social, bem como suas implicações ao exercício do poder.

História e memória: debate necessário

É preciso compreender, antes de tudo, o que é História. Desde Heródoto, o pai da história e memória, a historicidade das coisas existe e é muito importante para a nossa construção como seres humanos, pois a história está construída a partir das diferentes memórias que dela se compõem. De acordo com Le Goff (2003, p. 9), Heródoto, no século V a. C., seria o primeiro historiador, mas, desde o nascimento da ciência histórica, esta se refere a uma realidade que não é construída, nem observada, como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, sobre a qual ela se indaga ou, como aponta o referido autor, ela se testemunha. *Historie* significa procurar, e esse é o sentido da palavra para Heródoto, no início das suas histórias, que que é a investigação, a procura. Então, ver, logo, saber, é um problema, um primeiro problema. Ainda na esteira do autor, a história tem um sentido de narração, que pode ser verdadeira ou falsa, com base na realidade ou ser puramente imaginária, uma narração histórica, uma fábula, que também fazem parte da história cultural de um povo.

A palavra história, em todas as línguas românicas e no inglês, vem do grego antigo *historie* e em dialeto jônico (Keuck, 1934). Essa forma deriva da raiz hindu europeia *wid-*, *weid-* (“ver”). Daí, o sânscrito *vettas* (“testemunha”) e o grego *histor* (“testemunha”), no sentido de “aquele que vê”. Essa concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à ideia de que historiador é aquele que vê e “também aquele que sabe” (Le Goff, 2003, p. 18).

No século XIX, inventaram histórias que privilegiam a história dentro do saber, mas Le Goff recomenda que deve-se procurar além da geopolítica, do comércio, das artes, da própria ciência, aquilo que justifica a atitude, de obscura certeza dos homens que se unem arrastados por um enorme fluxo de progresso que os especifica, opondo-os, em um contexto histórico, com uma historicidade.

Esse aspecto da história relato, da história testemunho, segundo Jacques Le Goff (2003), jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica. Se hoje há críticas desse tipo de história, da história narrativa, contada, é devido à vontade de colocar uma explicação no lugar dessa narração. Mas ao mesmo tempo, é o renascimento da história testemunho, ligada por intermédio do retorno do evento, ligado a novas mídias, ao surgimento de jornalistas, entre os historiadores. Mas, desde a antiguidade, a ciência histórica reúne documentos escritos e não escritos.

A escrita inicial da História está baseada em Jacques Le Goff, historiador francês especialista em Idade Média. Ele aponta que o pensar sobre a História evidencia alguns questionamentos: existem relações entre a história vivida, a história natural, objetiva das sociedades humanas, com esforço científico para desenvolver, descrever, explicar essa evolução da história como ciência. Para explicar essas relações, existe a disciplina Filosofia da História, e, desde o início do século XX, sobretudo nos últimos 20 anos desse século, desenvolve-se um ramo da História que estuda a evolução da própria ciência da História (Le Goff, 2003, p. 7).

O que seria a historiografia? A historiografia é a escrita sobre a História. Quando olhamos a história dos livros, não podemos nos esquecer de onde é que essas pessoas, que escreveram essas histórias, estão falando, que lugares elas ocupam.

Jacques Le Goff (2003) questiona: que relações tem a história com o tempo? Isso se refere ao tempo natural, cíclico do clima, das estações do ano, do tempo vivido,

registrado nos indivíduos; diversas sociedades criaram seu instrumento de controle fundamental do tempo, o calendário. Esse seria o segundo problema.

É necessário trazer reflexões sobre a história na temporalidade, devido ao fato de que a matéria fundamental da história é o tempo. Portanto, não é o tempo de hoje, tendo a cronologia como um fio condutor, essa ciência auxiliar da história, mas o instrumento principal da cronologia, é o calendário, que vai muito além do âmbito do histórico, sendo, antes de mais nada, o quadro do funcionamento de uma sociedade.

O calendário vai revelar um esforço que as sociedades humanas têm para dominar um tempo natural e utilizar esse movimento natural, ao lado dos movimentos da lua, do sol, das estações do ano, da alternância de dias e de noites. Ele é produto e expressão da história e está ligado às origens míticas e religiosas da humanidade, das festas, dos progressos tecnológicos e científicos, à evolução econômica, ao tempo do trabalho e ao tempo do lazer.

A história busca, dentro dessa periodização, em um dia de 24 horas, meses e séculos, a aplicação de dados, seja da filosofia, da ciência ou das experiências individuais e tende a introduzir um marco histórico e a noção de duração temporal.

Existe também a dialética, um terceiro tipo de problema que a história nos traz, que é a dialética da história, que parece se resumir em oposição entre o passado e o presente, para a construção de algo novo no futuro.

Em geral, essa oposição entre passado e presente não é neutra, exprime todo um sistema de valores, por exemplo, do que é antigo, do que é moderno, do que é progresso. Desde a antiguidade até o século XVIII, se desenvolve o conceito de decadência, uma visão pessimista da História, que voltou a se apresentar nas ideologias da História do século XX (Le Goff, 2003, p. 8).

Com o Iluminismo, se afirmou uma visão otimista da História, a partir de uma ideia de progresso, da segunda metade do século XX. Então, pergunta-se: há um sentido na História?

Um quarto tipo de problema seria o de que a História é incapaz de prever ou predizer o futuro, então, como ela se coloca em relação a uma nova ciência, a uma projeção de futuro? Na realidade, ela deixa de ser científica quando se trata do início e

do fim da história do mundo e da humanidade, por ter um caráter essencialmente mítico ou revestido de discutível cientificismo (Le Goff, 2003, p. 8).

Quanto ao final, na esteira do autor, ela cede o lugar à religião e, em particular, às religiões de salvação que construíram um saber dos fins, as utopias do progresso, sendo o principal delas o internacionalismo, as sociedades sem classes, no que se refere ao campo das disputas políticas.

O quinto problema, para Le Goff (2003, p. 8), seria o contato com as outras ciências sociais. O historiador tende, hoje, a distinguir as diferentes durações históricas, de curta ou longa duração. Que relações teria a história com o estruturalismo?

E sexto, a ideia de história foi substituída como a história dos homens em sociedade: haveria apenas uma história do homem? Já se desenvolveu uma história do clima? Não se deveria escrever a história da natureza? Se estamos convencidos que a História não é uma ciência como outra qualquer, que será centro de controvérsias, de quais assuntos ela deve tratar? Apenas dos acontecimentos fáticos e/ou dos desígnios da providência, progressos da humanidade, fenômenos repetitivos e estruturas? (Le Goff, 2003).

Essas questões incidem sobre objetos e sobre indivíduos? Será que temos que promover a história de quem tem poder? De quem tem autoridade ou de quem não tem? Essas questões incidem sobre as fontes históricas. Trata-se também de uma projeção consciente do passado ou de um conhecimento, por meio de um documento, de referências que vão construir essa história.

Outra questão é saber se a História é uma ciência do passado ou se só há uma história contemporânea.

Marc Bloch *apud* Le Goff (2003), não gostava dessa definição de que a História é a ciência do passado. Para Bloch, a História é a ciência dos homens no tempo. O autor objetivava sublinhar que a História tem um caráter humano, a História é a história humana, e existe uma enorme diferença que separa a história humana da história natural. A História, o homem delibera, já a natureza, não. A história humana torna-se sem sentido se negligenciarmos o fato de que os homens têm objetos e intenções. Temos as intenções que se exprimem no tripé filosófico: o por quê, o para quê e o para quem.

Dessa forma, pode-se compreender tanto a história individual, a coletiva, quanto a História como ciência.

Marc Bloch, *apud* Le Goff (2003), pensava nas relações que o passado e o presente se entrelaçam ao longo da história e considerava que não só deve permitir o compreender o presente por meio do passado, como o compreender o presente pelo passado é uma atitude de um conceito tradicional, e quando dizemos tradicional, não queremos dizer ultrapassado, pois temos que ter essa noção de que as pessoas veem o tradicional como algo ruim, ultrapassado, e não estamos aqui olhando com juízo de valor, falando e fazendo conjecturas. O tradicional faz parte da história e deve ser considerado, olhado como algo importante.

A História não só deve compreender o presente pelo passado, mas o passado pelo presente, confirmando seu trabalho abstrato. Marc Bloch (2001) discorda que esse trabalho fosse tributário apenas à cronologia, pois não é apenas um tempo cronológico do movimento da História, ao longo de um calendário.

Há rupturas, descontinuidades, relacionadas ao presente-passado para acrescentar ao horizonte do futuro. O passado é uma construção e uma reinterpretação constante; o futuro é uma parte integrante e significativa da história. O progresso, as técnicas, nos permitem que uma parte importante dos documentos do passado estejam, ainda, a serem descobertos. A parte material, a arqueologia, decorre sem cessar dos documentos desconhecidos do passado, e os arquivos deste continuam a se enriquecer incessantemente, pois, a cada vez que se olha para tais documentos, novas leituras podem ocorrer no presente. Há frutos de uma reinterpretação do passado, realizada no presente, a qual nascerá no futuro.

Dessa forma, assegurar ao passado uma sobrevivência, ou melhor, assegurar ao passado uma vida, é função de todos nós. A partir do momento que se assegura ao passado uma vida, deixa de ser definitivamente passado e se torna presente.

É essa relação essencial, de presente e passado, que acrescenta o horizonte do futuro e que Marc Bloch (2001) nos apresenta de forma tão esplendorosa.

Os sentidos são múltiplos e essa interação entre passado e presente é o que chamamos de função social do passado ou da História. Qual é a função social da História? A História, escreveu Lucien Febvre, recolhe sistematicamente, classifica e agrupa fatos

passados, em função de suas necessidades atuais. É em função da vida que a morte é interrogada. A História organiza o passado em função do tempo e das questões do presente. Assim se poderia definir a função social da História. O nosso olhar de hoje para o passado é que vai dar sentido, dar função a essa história.

Como essa história é escrita? Por meio da historiografia, que surge, como a escrita da história. É necessário observar quem é que está escrevendo, de onde essas pessoas estão falando. A historiografia traz sentidos, traz, ainda, o poder de quem está escrevendo e que poder tem essa pessoa naquele momento em que está interpretando os fatos.

A historiografia surge como uma sequência de novas leituras do passado, que é o que Le Goff (2003) nos explica, sendo ela repleta de perdas e ressurreições, falhas de memória, revisões e atualizações, que podem afetar o vocabulário do historiador, por meio da introdução de anacronismos conceituais, verbais, que falseiam gravemente a qualidade do trabalho.

O trabalho de reflexão do historiador sobre o passado é um aspecto ou uma função do presente. O historiador deve refletir inteligentemente sobre o seu próprio trabalho, ou seja, sobre a filosofia da História, o sentido da História. Essa relação entre presente e passado, nesse discurso, é sempre um aspecto essencial do problema tradicional da objetividade da História hoje.

Heidegger *apud* Le Goff (2003), aponta que a História seria não somente a projeção do que o homem faz do presente no passado, mas a projeção da parte mais imaginária do seu presente, a projeção do passado, do futuro que ele escolheu.

Quando lemos a História, pensamos no fato histórico, que é comprovado por documentos que atestam aquilo que existiu. Um exemplo disso seria a Independência do Brasil. É um fato histórico, com documentos que o comprovam.

A história do Brasil, ao longo do tempo, foi escrita de que lugar? Há a necessidade de se atentar a essa escrita da História. Quem escreveu a história do nosso país? A história dos grandes heróis é diferente de quando é escrita por grupos minoritários. Cada grupo social tem seus próprios objetivos e sua forma de interpretar a História.

Mediante tais reflexões, existe um questionamento que não poderemos deixar de fazer: o passado pode ser manipulado? Pode, infelizmente. Quando o historiador publica

algo sobre um fato histórico, a historiografia sofrerá influências da própria formação desse historiador, como as suas crenças, sobre o que estudou, havendo, ainda, a pressão sofrida por ele por parte dos editores para a publicação, para entrega no tempo certo. Além disso, na publicação, existe a revisão da escrita, realizada por outras pessoas, que farão modificações a partir do que se espera no mercado editorial. Enfim, há uma série de fatores que poderão comprometer a escrita dessa história.

Mediante tais reflexões, não podemos acreditar em apenas uma fonte de informação. É importante buscar várias fontes históricas que retratem um mesmo fato ocorrido em determinado momento e fazer uma análise do que está ocorrendo. Sugerimos que, a partir de várias versões, construa-se uma análise mais aproximada do que seria a verdade, cuidando para que apenas uma vertente faça com que algo se torne verdade absoluta, pois não existem verdades absolutas. Mas o que seria verdade? Talvez uma discussão para um outro artigo.

O historiador e as fontes históricas

Segundo Barros (2020, p. 2), “as fontes históricas estão situadas no cerne da metodologia da História”, isto é, são o ponto de partida das investigações que se propõem acerca do debate historiográfico. Para o autor, é através das fontes que o historiador é capaz de olhar para o passado e interpretar possibilidades e seus desdobramentos no presente.

O trabalho com as fontes é, antes de tudo, um trabalho de resgate de vestígios produzidos pelos seres humanos, de modo que “as fontes históricas são as marcas da História” (Barros, 2020, p. 5). Tais vestígios são resultados das ações dos seres humanos em diferentes épocas, cuja compreensão passa a ser o objetivo do ofício do historiador quando olha para o passado, pois, segundo Bloch (2001, p. 54), “o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça”.

Apresentada a função das fontes históricas para o ofício do historiador, cumpre refletir sobre os tipos de fontes que podem ser utilizadas na operação historiográfica. Dessa forma, entende-se que

[...] são fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e

privadas e tantos mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador. Incluem-se como possibilidades documentais (ou, mais precisamente, no âmbito do que chamamos de fontes históricas) desde os vestígios arqueológicos e outras fontes de cultura material – a arquitetura de um prédio, uma igreja, as ruas de uma cidade, os monumentos, cerâmicas, utensílios da vida cotidiana – até representações pictóricas, entre outras fontes imagéticas, e as chamadas fontes da história oral (testemunhos colhidos ou provocados pelo próprio historiador que conduz a sua investigação historiográfica) (Barros, 2020, p. 5).

Nota-se que há, à disponibilidade do historiador, diferentes tipos de fontes que podem ser utilizadas para construção de narrativas acerca do passado, não objetivando apenas descrever acontecimentos, mas problematizar questões pertinentes à vida humana, propondo hipóteses e tecendo análises críticas sobre o passado (Barros, 2020).

No entanto, há de se considerar que essa diversidade remete ao avanço da produção historiográfica, haja vista que, na gênese da História enquanto ciência, no século XIX, havia a valorização dos registros escritos, sobretudo documentos oficiais impressos em papel, em detrimento a outros tipos de fontes (Barros, 2020).

Tal avanço proporcionou a introdução de novos tipos de registros investigáveis na operação historiográfica, como o uso da história oral (Neves, 2009) e dos objetos oriundos da cultura material (Barros, 2020). Além disso, contribuiu para o resgate da memória histórica, de modo que “[...] os historiadores são movidos por um imperativo ético que os motiva a contribuir para o impedimento de que a memória histórica se desvaneça e de que as identidades se percam no fluir inexorável do presente contínuo” (Neves, 2009, p. 115).

Neste artigo, defendemos que a diversidade de registros deve ser considerada nas análises empreendidas pelo historiador, de modo a evitar interpretações equivocadas ou parciais acerca do passado, limitadas a um único vestígio. Entendemos, portanto, que o trabalho com diferentes fontes torna ética a atuação do historiador, haja vista seu protagonismo na criação de representações e narrativas acerca do passado, podendo culminar em relações de poder no presente, pois “a História assume dimensões de

exercício de poder, sendo até mesmo capaz de produzir memórias oficiais e memórias dirigidas” (Neves, 2009, p. 112).

Observa-se, portanto, que o trabalho com as fontes históricas reforça o papel de resgate da memória humana, trazendo à tona a valorização da nossa identidade individual e coletiva, contribuindo para uma interpretação mais crítica do presente, como veremos a seguir.

Historiografia e memória

Não se pode refletir sobre a História, sobre a historiografia e como ela tem as suas representações na História sem falar da memória.

Os gregos, da época arcaica, fizeram da memória uma deusa, *Mnemonise*, mãe de nove musas que procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. “Lembra os homens, suas recordações, dos seus heróis e dos seus altos feitos, preside ainda a poesia lírica” (Le Goff, 2003, p. 433).

O poeta, na visão dos gregos, é um homem possuído pela memória e é o ser responsável pela preservação dela. Se buscarmos a palavra memória, vamos poder nos valer da Psicologia, da Psiquiatria, enfim, de uma série de outras ciências que explicarão o que é a memória.

Na História, existe uma memória antes da escrita e uma também oral. Em suma, é elemento essencial na História o que se costuma chamar de identidade. Essa identidade é individual e, ao mesmo tempo, coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades atuais.

A memória coletiva não é somente uma conquista, ela é um instrumento e objeto de poder. São as sociedades cujas memórias social e, sobretudo, oral, ou que está em via de se constituir como uma memória coletiva escrita, que melhor permitem compreender essa luta de dominação, recordação e tradição, que são manifestações da memória.

O conceito de memória, portanto, é crucial. É a propriedade de se conservar certas informações. É um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar as impressões e informações passadas, que varia em função da presença ou da ausência da escrita e é um objeto da atenção do Estado para a conservação de certas

memórias. A memória realiza, portanto, a apropriação e reelaboração do tempo passado.

Paul Ricoeur (2007) foi um dos poucos estudiosos que enfrentou, de modo tão fundamentado, as questões voltadas à reavaliação da nossa concepção de memória, tarefa também enfrentada pela historiografia.

As nossas lembranças não são as suas lembranças, não se pode transferir as lembranças de um para a memória do outro. A memória é um modelo de *minhadade* – que é um conceito proposto por Ricoeur (2007) para indicar quando o sujeito compreende a sua vivência, à medida que consegue concatenar o passado, o presente e refletir para o futuro, a ação humana é identificada. Paul Ricoeur aponta que, como Aristóteles disse e mais enfático foi Santo Agostinho, que a memória é o passado; esse passado é o das minhas impressões e, desta feita, é o meu passado.

É por esse traço que a memória garante a continuidade temporal da pessoa, e por esse viés que essa identidade cujas dificuldades e armadilhas nós sempre enfrentamos. Essa continuidade permite-nos remontar sem ruptura do presente vivido até os acontecimentos longínquos da infância. Paul Ricoeur aponta que existe uma memória coletiva e uma memória individual que, às vezes, são postas em posição de rivalidade, mas que não se opõem no mesmo plano. Elas estão em universos de discursos alheios um ao outro. A memória individual e coletiva estão em estágios de discussão diversos.

Memória e sociedade

De acordo com as reflexões de Ecléa Bosi (1979, p. 9), a memória seria “o lado subjetivo do nosso conhecimento das coisas”, que parte sempre do presente para buscar o passado, ou seja, “é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde” (*op. cit.*, p. 10).

A memória possui um dinamismo interno, traz à recordação uma plasticidade, cujo elemento de base do passado pode variar, o que resulta em diversidade de sistemas que podem ser produzidos pela memória em diversas pessoas que viveram um mesmo fato (Bosi, 1979, p. 13).

O ponto central da memória é a conservação do passado, que sobrevive ao chamado do presente pelas lembranças. Deve-se notar que lembrar não é reviver um

fato tal e qual, é reconstruir, repensar o ocorrido com ideias do hoje. A memória, portanto, não é o simples recordar, como um sonho que se relembra, mas é sim trabalho analítico. Dessa forma, deve-se duvidar da ideia de sobrevivência do passado “tal como ocorreu”. É notável que não se lê duas vezes o mesmo livro, da mesma maneira, com as mesmas impressões (Bosi, 1979, p. 17; 21).

A memória individual é, assim, fruto de um trabalho de reelaboração do passado a partir de questões do presente: o material indiferente é descartado, o desagradável é alterado, o pouco claro ou confuso é simplificado e, ao término desse processo, tem-se o quadro formado, novo, sem desejo consciente de falseamento do ocorrido (Bosi, 1979, p. 28-29).

O que rege o lembrar é a função social exercida na atualidade pelo sujeito que recorda (Bosi, 1979, p. 23). Por exemplo, se a pessoa foi um trabalhador da indústria e hoje está aposentado, se foi um militar e hoje está na reserva, se é um médico e está no auge da carreira, se é um jovem em início de carreira; tais fatores irão, certamente, influenciar no trabalho de recordação do seu passado.

A função da memória é o conhecimento do passado, faz cair a barreira passado/presente, com o fim do aprendizado, como fonte de sabedoria. O indivíduo remodela o vivido, a experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente como norte de vida a fundamentar a esperança em seus planos de ação para o futuro (Bosi, 1979, p. 47-48; 340; 344).

Já a memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiar, escolar, profissional, religiosa e política. No campo da memória coletiva, há a luta pela memória, por um certo sentido, na sua elaboração ou reelaboração a partir dos interesses presentes de certo grupo político, religioso, social ou econômico (Bosi, 1979, p. 332-333).

Há clara interseção entre a memória individual e a coletiva, pois é sempre o indivíduo que recorda e dá seu ponto de vista sobre a memória coletiva, como no caso da memória política, em que são recordados acontecimentos coletivos relevantes para uma época, como guerras, revoluções, movimentos sociais, golpes de estado, greves, nova e impactante diretriz política e legislativa de âmbito econômico, tributário, trabalhista, previdenciário (Bosi, 1979, p. 333; 335). No caso da memória política, o

indivíduo traz seu juízo de valor, seu ponto de vista sobre esse período vivido (Bosi, 1979, p. 371-382). Dessa forma, cabe ao historiador reconstruir, no que lhe for possível, a estrutura dos acontecimentos (Bosi, 1979, p. 21).

Ecléa Bosi divide, assim a memória entre individual e coletiva. Já Leroi-Gourhan (*apud* Le Goff, 2003) trata a memória em sentido lato e a divide em três grupos: a memória específica, para a fixação de comportamentos de espécies animais; a memória étnica, que assegura a reprodução dos comportamentos; a “memória artificial, eletrônica, na sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados” (p. 368), com a memória dos computadores.

Interessante notar, quanto à memória artificial, que, como campo experimental de estudos, se iniciou nos anos 1950, tendo, atualmente, a capacidade dos computadores nos programas de inteligência artificial de operar funções avançadas de modo quase autônomo para, por exemplo, responder questionamentos, formular textos simples e complexos, reconhecer imagens, fala, identificar padrões e tendências e até de tomar decisões (Gontijo, 2020).

Considerações finais

A relação entre História, memória e historiografia é complexa e multifacetada. A História, como disciplina acadêmica, busca compreender o passado por meio de métodos críticos e análise de fontes, reconhecendo que não existem verdades absolutas. A memória, tanto individual quanto coletiva, desempenha um papel fundamental na construção da história, na construção das representações históricas e na identidade dos grupos, mas é influenciada por fatores subjetivos e perspectivas do presente, bem como por relações de poder. As lembranças, embora pessoais, são influenciadas pelo contexto social e podem ser usadas como instrumento de poder político, econômico e social.

Assim, as representações históricas são indiscutivelmente influenciadas pelas perspectivas do presente, moldando a maneira como o passado é interpretado e narrado. Compreender essa dinâmica é fundamental para a construção de uma visão crítica e consciente do passado.

O olhar do hoje para o passado desempenha um papel fundamental na atribuição de sentido e função à História. A função social da História reside em organizar e interpretar o passado com base nas necessidades e questões do presente.

A busca por múltiplas fontes de informação e a análise crítica de diferentes perspectivas são essenciais para a construção de uma compreensão mais completa e abrangente do passado.

Portanto, compreender a interação entre história, memória e historiografia é essencial para uma análise crítica do passado, reconhecendo as limitações e os vieses inerentes a cada uma dessas dimensões. A busca por múltiplas fontes, a reflexão crítica sobre as perspectivas e a consciência da influência do presente são elementos cruciais para a construção de uma compreensão mais completa e abrangente tanto da História como ciência quanto da memória.

Em tempos em que a informação é disparada de forma rápida e em tempo real através das mídias sociais, compreender as relações de poder, como elas são construídas e ter uma visão crítica da sociedade, construída a partir de realidades criadas, irreais, às vezes, deveria estar no cerne das reflexões sobre como o movimento das memórias e identidades vem sendo (re)organizado em um mundo cuja fluidez é constante. Preservar a memória é preservar a nossa humanidade e, dessa forma, a construção do conhecimento se tornará objeto de busca e de conhecimento para as futuras gerações.

Referências bibliográficas

BARROS, J. D. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, SE, v. 11, n. 2, p. 3-26, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/15006>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

GONTIJO, M. C. A. **A produção científica sobre inteligência artificial e seus impactos: análise de indicadores bibliométricos e altmétricos**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Gestão & Organização do Conhecimento) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

NEVES, L. de A. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, v. 3, 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/25>. Acesso em: 20 dez. 2024.

RICCER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François *et. al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SASSON, D. **One Hundred Years of Socialism**. The West European Left in the Twentieth Century, London: Fontana Press, 1997.